

# A CONEXÃO ENTRE IDEOLOGIA E TEXTO NA TEORIA CRÍTICA DO DISCURSO

**Maria Eduarda Gonçalves Peixoto**

UECE

**Ruberval Ferreira**

UECE

**Resumo:** *Este artigo tem o propósito de contribuir para a compreensão da conexão entre texto e ideologia articulada pela análise de discurso textualmente orientada (ADTO), fornecendo um quadro conceitual útil para melhor compreensão do tema no interior dos estudos críticos da linguagem. Com base nas reflexões de Fairclough (1989, 2001, 2003) e Fairclough e Chouliaraki (1999), apresenta-se, inicialmente, a ontologia do social de que a ADTO lança mão para fundamentar sua concepção de vida social como sistema aberto e textualmente mediado; depois, explana-se o percurso cronológico-narrativo de desenvolvimento das principais teorias críticas da ideologia, em virtude das quais a ADTO organiza os pressupostos que sustentam o uso particular que realiza do termo; por fim, pontuam-se os principais aspectos da conexão entre texto e ideologia, oferecendo um enquadre conceitual que pode contribuir para o domínio do tema de acordo com abordagem crítica de análise de discurso.*

**Abstract:** *The article aims to favor the understanding of the connection between text and ideology articulated by the textually oriented analysis of discourse (ADTO), providing a useful conceptual framework for a better understanding of the theme within critical language studies. Based on the reflections of Fairclough (1989, 2001, 2003) and Fairclough and Chouliaraki (1999), the debate presents the social ontology that ADTO uses to base its conception of social life as an open system and textually mediated; the article then explains the chronological-narrative development of the main critical theories of ideology, by virtue of which ADTO organizes the assumptions that underpin the particular use it makes of the term; finally, the discussion presents the main aspects of the connection between text and ideology, offering a*

*conceptual framework that can contribute to the domain of the theme according to a critical discourse analysis approach.*

## **1. Introdução**

A Teoria Crítica do Discurso (TCD) empreende, dentro do campo de investigação da Análise de Discurso Crítica (ADC), uma abordagem científica da linguagem situada em práticas sociais que se particulariza por articular a análise linguística detalhada de textos e o estudo de fenômenos associados a transformações econômicas e culturais na contemporaneidade (FAIRCLOUGH, 2002; GIDDENS, 1991; HARVEY, 2000). De um lado, é comum encontrar análises linguísticas, vinculadas a diferentes tradições disciplinares, que não destacam em suas pesquisas problemáticas reais da sociedade; de outro lado, é ainda frequente ver investigações das ciências sociológicas secundarizarem o fato de a linguagem ser parte irredutível da vida social. Um caminho possível de contribuição dos estudos linguísticos para a reflexão crítica de mudanças na sociedade é, então, fornecido pela análise de discurso textualmente orientada (ADTO), que sugere atenção aos textos como elementos de mediação da realidade social com foco específico sobre seus efeitos.

Resultado de um rico diálogo entre a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1976, 1994; HALLIDAY E HASAN, 1989) e a Linguística Crítica (FOWLER e KRESS, 1979) a ADTO define o texto como unidade do discurso e da comunicação, que se integra funcionalmente ao sistema aberto da vida social e representa relações de luta e conflito na sociedade (WODAK, 2001), ao mesmo tempo em que age sobre ela através de processos de transformação. Parte-se do princípio de que o vínculo entre textos e mudanças sociais pressupõe não apenas a relação dialética entre linguagem e realidade - em que textos, como parte de eventos sociais, materializam transformações e geram efeitos estruturais nas ordens de discurso - mas também a luta ideológica contra formas de poder e exploração na sociedade moderna posterior (GIDDENS, 1991).

Nessa perspectiva, torna-se cada vez mais evidente que um dos mais preocupantes efeitos sociais de textos é a ideologia. A compreensão da ideologia como efeito social de textos é o mote, portanto, da ADTO, que se reconhece como uma forma de crítica ideológica (FAIRCLOUGH, 2001). A ADTO está

fundamentalmente ocupada em explorar a conexão entre recursos linguísticos utilizados em textos reais e mecanismos simbólicos de poder: “a análise linguística deveria ser uma poderosa ferramenta para o estudo dos processos ideológicos que medeiam as relações de poder e controle” (FOWLER e KRESS, 1979, p. 186). Portanto, o destaque que a ADTO conquista entre as demais abordagens de análise do discurso justifica-se pelo seu esforço em situar a relação entre texto e ideologia no epítome de sua atividade crítica de investigação.

Mediante esse quadro geral, este artigo tem o objetivo de favorecer a compreensão da conexão entre texto e ideologia mobilizada pela ADTO, com base nas reflexões de Fairclough (1989, 2001, 2003) e Fairclough e Chouliaraki (1999). Para dar conta dessa pauta, o debate organiza-se em três momentos. Inicialmente, apresenta-se a ontologia do social de que a ADTO lança mão para fundamentar sua concepção de vida social como sistema aberto e textualmente mediado. Em seguida, explana-se o percurso de desenvolvimento das principais teorias da ideologia, dentro da tradução marxista, em virtude das quais a ADTO organiza os pressupostos que sustentam o uso do termo na área. Por fim, pontuam-se os principais aspectos da relação entre texto e ideologia, a fim de fornecer um quadro conceitual útil para melhor compreensão do tema dentro da abordagem crítica de análise de discurso.

## **2. Linguagem e sociedade: a vida social como sistema aberto e textualmente mediado**

A ADTO parte do princípio de que a vida social é um sistema aberto (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999). A realidade social não deve ser concebida pelo pensamento científico como uma entidade imutável, dotada de uma positividade ou literalidade última, nem como totalidade que é imediatamente observável e inteiramente acessível. As propriedades que tornam a sociedade possível objeto de conhecimento pressupõem, desde já, “ação humana e mutabilidade” (RAMALHO, 2008, p. 02). Assim, para pensar a sociedade, a ADTO apropria-se da epistemologia do Realismo Crítico, que desenha uma ontologia estratificada do mundo. O mundo é racionalizado como sendo estratificado, isto é, “estruturado, diferenciado e mutável” (BHASKAR e

CALLINICOS, 2007, p. 98). Dado que o mundo não corresponde ao “espectro de nossos sentidos, sendo idêntico àquilo que experimentamos” (SAYER, 2000, p. 09), nossa capacidade de empiria não consegue esgotar o que existe ou o que poderia existir.

Bhaskar e Callinicos (2007, p. 98) descrevem o sistema aberto da vida social como operado em distintos domínios ontológicos, quais sejam, *o real*, *o actual* e *o empírico*, e em diversos estratos e substratos organizacionais, como o físico, o químico, o biológico e o semiótico. O domínio do *real* ou potencial abrange tudo o que é possível, considerando a natureza (ao mesmo tempo, de possibilidades e de constrangimentos) das estruturas que compõem a tessitura da realidade social. Segundo Sayer (2000, p. 09), o *real* consiste no que quer que exista, natural ou social, “independentemente de ser um objeto empírico para nós e de termos uma compreensão adequada de sua natureza”. O domínio do *actual* ou realizado, por sua vez, engloba o que acontece, através da realização dos poderes e seus efeitos causais. Como esclarece Sayer (2000, p. 10), o *actual* refere-se ao que acontece “se e quando estes poderes são ativados”, situando-se entre a instância social mais abstrata (a estrutura) e a instância social mais concreta e particular (a ação). O domínio do *empírico*, por fim, diz respeito ao que conhecemos, àquilo do real e do actual que é experienciado efetivamente pelos sujeitos.

Os três domínios funcionam simultaneamente a partir de *mecanismos gerativos*. Tais mecanismos consistem em poderes causais, não em relações teleológicas estabelecidas por um tipo de lei determinista e mecânica ou por uma regularidade necessária, como um julgamento apressado acerca da expressão “causa” pode supor. A realidade social é tida como governada por mecanismos operacionais, que são os poderes gerativos, de modo que as dimensões e os níveis da vida (social e natural, em sua interseção) têm estruturas particulares. Essas estruturas geram efeitos de forma complexa, criativa e imprevisível, através de seus mecanismos particulares de funcionamento. Para Bhaskar (1989, p. 34), influenciado pela tradição crítica marxista, a sociedade deve ser considerada, em seu modo de organização estratificada, a partir da ideia de *transformação*, que se dá por meio de efeitos de mudança através do tempo. Para o autor, há uma relação causalmente interdependente ou dual entre estruturas e práticas sociais: a

sociedade é, ao mesmo tempo, condição material e resultado continuamente reproduzido da agência humana.

Inspirado nos princípios do Realismo Crítico, Fairclough (1999, 2003) delimita a ontologia da vida social por meio dos conceitos de *estrutura*, *conjuntura*, *prática* e *evento*.

A *estrutura social* consiste nas condições históricas de fundação ou instituição da vida social, compondo-se pela totalidade de redes altamente complexas de práticas. A *conjuntura* faz referência a uma configuração específica da rede de práticas que constitui a estrutura, podendo ser mais ou menos complexa, a depender do número e do alcance das práticas que relaciona em determinado momento histórico. A *prática social*, conceito formulado a partir das reflexões de Harvey (1996) e de Laclau e Mouffe (1987), diz respeito aos modos habituais, relacionados a condições espaço-temporais específicas, em que os sujeitos “aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem em conjunto no mundo” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). Toda prática estabelece uma relação de internalização de elementos e de articulação de momentos: os *elementos* são as diferenças que não são articuladas discursivamente; uma vez trazidos à prática, tornam-se *momentos* dela, isto, posições diferenciais que são articuladas no interior de uma prática, da qual o discurso faz parte. O *evento*, por fim, é uma atualização de possibilidades estruturais, um acontecimento particular, situado social e historicamente, que envolve sujeitos atuando uns sobre os outros e sobre o mundo em contextos específicos.

Como podemos observar, a mediação entre estruturas e eventos não é, de forma alguma, predeterminada ou necessária, mas altamente complexa, dinâmica e dialética, uma vez que é constituída por “redes interligadas de práticas sociais de diversos tipos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24). A estrutura social (a economia, por exemplo) define relativamente as possibilidades de realizações na prática social (como práticas de ensino), que, por sua vez, restringe o evento (a aula). Em contrapartida, ao atuarem e decidirem nos eventos que acontecem, os sujeitos podem, em um movimento dialético, rearticularem práticas e, com o tempo e sob determinados efeitos, transformarem estruturas sociais. Paralelamente a esta disposição da realidade social em termos de *estrutura*, *prática* e

*evento*, há as instâncias *linguagem*, *discurso* e *texto*, referentes à organização semiótica da sociedade.

A estrutura social está para a linguagem, incluindo aqui a concepção de língua, à medida que se configura em termos de possibilidades, trata-se de uma totalidade impossível de ser objetivada e alcançada plenamente. Fairclough e Chouliaraki (1999) concebem o estudo da vida social contemporânea e sua mudança segundo a natureza e o papel da linguagem no novo capitalismo. A expressão contempla o que muitos estudiosos têm diagnosticado como “globalização”, “pós-modernidade”, “modernidade tardia”, “sociedade da informação”, “economia de conhecimento” e “cultura do consumo”, servindo para fazer referência à ideia geral de um conjunto de reestruturações radicais pelas quais o capitalismo moderno mantém a sua continuidade fundamental nos dias atuais (JESSOP, 2000).

Uma vez que a estrutura se configura a partir de redes de práticas, encontramos, na instância do discurso, a prática discursiva, que opera em termos de entidades organizacionais intermediárias, às quais são definidas por Foucault como ordens de discurso (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 1992). Ordens de discurso não são categorias puramente linguísticas, mas intermediárias entre o linguístico e o não-linguístico, entre o discursivo e o não-discursivo. Uma ordem de discurso é uma rede de práticas sociais compreendida quanto ao seu aspecto semiótico ou linguístico. Os elementos das ordens de discurso funcionam e se diferenciam como *discursos*, *gêneros* e *estilos*.

Quando chegamos à instância semiótica do texto, definido como elementos de eventos sociais, o discurso corresponde a *modos de representar*, o gênero refere-se a *modos de agir* e o estilo diz respeito a *maneiras de identificar*:

Podemos distinguir diferentes gêneros como diferentes maneiras de (inter)agir discursivamente – entrevista é um gênero, por exemplo. Em segundo lugar, o discurso figura nas representações que sempre são partes de práticas sociais – representações do mundo material, de outras práticas sociais, representações reflexivas de práticas em questão. A representação é claramente substância discursiva e, podemos distinguir diferentes discursos, que podem representar a

mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições. [...] Em terceiro lugar e finalmente, discurso figura conjuntamente com expressões corporais ao constituir modos particulares de ser, identidades sociais ou pessoas particulares. Chamarei o aspecto discursivo desse item de estilo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26).

Situados, então, no nível do texto, definido amplamente como “qualquer exemplo de linguagem em uso”, a análise textual permite realizarmos dois movimentos simultâneos. De um lado, conectando o evento social concreto à conjuntura mais ampla, examinam-se os gêneros, os discursos e os estilos articulados no texto. De outro lado, interligando o evento social aos traços e estratégias linguísticas mobilizadas, investigam-se os processos de ação, representação e identificação em textos diversos. Com atenção, pode-se notar que a instância do texto, como parte do evento social, integra-se à conjuntura social, ao mesmo tempo em que articula recursos linguísticos de significação, compondo, assim, um tipo de mediação das sociedades contemporâneas. A ADTO apropria-se do conceito de mediação de Silverstone (1999) para fazer referência ao movimento dinâmico da significação na realidade social, isto é, o movimento “de uma prática social a outra, de um evento a outro, de um texto a outro”. Essa movimentação na produção, distribuição e interpretação dos sentidos na vida em sociedade é operacionalizada através de textos, ou melhor, de redes de textos, que podem assumir uma característica bastante regular e sistemática ou ocorrer de modo imprevisível, a depender dos contextos e práticas sociais.

Sendo a vida social textualmente mediada, a ADTO reivindica um tipo de análise de discurso que está preocupada com a relação constitutiva entre textos mudanças sociais: a “análise de discurso crítica está relacionada à continuidade e à transformação em um aspecto mais abstrato, em um nível mais estrutural, como acontece em textos em particular” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 19). Esta preocupação se justifica pelo fato de os textos terem efeitos causais, atuando em processos de transformação social. Textos têm efeitos causais a longo, médio e curto prazos, isto é, eles podem mudar pessoas e suas identidades, crenças e valores diversos, ações, relações e práticas sociais e, inclusive, o mundo material, uma vez que frequentemente estão presentes em situações de guerras,

transformações nas áreas da saúde, da política e da educação, mudanças arquitetônicas em cidades e tipos de intervenção em áreas naturais.

Entre os efeitos causais que os textos provocam, a ideologia passou a ocupar lugar de interesse central para os estudos críticos da linguagem (EAGLETON, 1991; LARRAIN, 1979; THOMPSON, 1984; VAN DIJK, 1998). Uma das principais características da ideologia é a sua eficácia nas interações comunicativas. Como efeito de textos, vincula-se simultaneamente aos três significados do discurso: as ideologias são representações de aspectos do mundo (e, assim, têm forma em discursos) que criam ou mantêm relações de poder, podendo ser legitimadas em modos de agir (e, portanto, em gêneros que regulam práticas) e inculcadas nas identidades de sujeitos sociais (e, logo, em estilos). Precisamente neste ponto, a ADTO se diferencia de outras análises de discurso que, como ela, propõem-se críticas, pois situa no epítome de sua investigação a conexão entre texto e ideologia:

Ao dizer que as ideologias são representações que podem ser concebidas a fim de contribuir para relações sociais de poder e de dominação, eu estou sugerindo que a análise textual precisa ser tratada, quanto a esse respeito, dentro de uma análise social que considera os corpos dos textos nos termos de seus efeitos sobre relações de poder (FAIRCLOUGH, 2003, p. 09).

Em vista desta preocupação, a seguir, apresentamos as bases epistemológicas da concepção particular de ideologia articulada no interior da ADTO, à luz do percurso cronológico-narrativo de desenvolvimento do conceito.

### **3. A construção do conceito de ideologia na ADTO: influências e pressupostos**

Na história longa e sinuosa de desenvolvimento das teorias da ideologia, comumente classificam-se as abordagens entre negativas e neutras (THOMPSON, 1995), isto é, entre reflexões que consideram a ideologia como modalidade de poder e perspectivas que a concebem como conjunto de crenças, valores e posicionamentos sem vínculo necessário com questões de controle



e assimetria social. Nesse contexto, a ADTO, influenciada pelas contribuições do marxismo do século XX, compartilha da visão negativa de ideologia, à medida que se interessa pelo discurso nos processos de mudança e luta na vida social contemporânea.

Dada a particularidade de situar-se na interseção entre os campos da análise linguística detalhada e da teoria social crítica, a ADTO articula uma concepção própria de ideologia, adequada ao objetivo de examinar textos em termos de seus efeitos sobre relações de poder. Para isso, baseia-se em três referenciais teóricos do pensamento crítico, a saber L. Althusser, M. Pêcheux e J. B. Thompson, que fornecem as bases epistemológicas para o seu debate sobre a relação entre ideologia, poder e discurso. A seguir, apresentamos cada um desses referenciais, destacando especificamente as suas principais contribuições para a formulação da crítica da ideologia na ADTO.

### **3.1. Louis Althusser: aparelhos ideológicos de estado (AIE) e sujeitos**

Para os autores do materialismo histórico, as ideologias não correspondem à realidade, embora a elas se refiram efetivamente, por isso devem ser interpretadas e ter seus processos de produção descobertos, para que se enxergue, enfim, a verdade real do mundo mascarada pela representação imaginária. Esta seria a tarefa da crítica por excelência. Dada essa função, Althusser refuta a visão de ideologia como falsa consciência da realidade em um ponto nodal. Para o autor, a ideologia define-se não apenas como modalidade de poder, mas também como dimensão organicamente constituinte das estruturas sociais: “as sociedades humanas segregam a ideologia como o elemento e a atmosfera mesma indispensável à sua respiração, à sua vida histórica” (ALTHUSSER, 1985, p. 239).

A primeira lição que extraímos dessa definição é que - enquanto para Marx, nós criamos representações alienadas de nossas reais condições de existência porque tais condições (de trabalho) são alienantes - para Althusser, o que fazemos não é representar tais condições de existência, mas a nossa relação com elas: não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os homens representam na ideologia, “o que nela é representado é, antes de mais nada, a sua relação com as condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 127). A fronteira entre o real e o

imaginário, considerada por Marx uma linha definidora do modo de operação da ideologia pela falsa consciência da realidade, é seriamente rompida por Althusser (1985), com o advento da concepção de prática. Prática, segundo o filósofo, é todo processo de transformação de uma matéria-prima em produto através do trabalho humano realizado por determinados meios de produção.

É nesse sentido que a ideologia é compreendida como um nível do modo de produção da sociedade. Presumindo que toda realidade social se constitui a partir de modos de produção dominantes e que, portanto, é o processo mesmo de produção que movimenta as forças produtivas, decorre que a formação da sociedade, ao mesmo tempo em que produz (e para produzir), deve reproduzir as suas condições de produção. Isto não é outra coisa senão o funcionamento mesmo da ideologia. As práticas de (re)produção consistem na materialidade da ideologia (ideologia é prática), uma vez que toda prática existe através de e sob uma ideologia.

Quem garante a reprodução das relações de produção, sob formas contraditórias e sobredeterminadas, são os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Os AIE referem-se a um certo número de realidades que “se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1970, p. 115), tais como o aparelho ideológico religioso e o familiar, entre outros. Os AIE distinguem-se dos aparelhos repressivos de estado, uma vez que estes últimos operam geralmente pela violência (visível, física e objetiva) em domínios da vida pública, enquanto os AIE operam pela ideologia, predominantemente, em domínios da vida privada. Diz-se “predominantemente” porque, como bem ressalva o filósofo, os AIE também funcionam pela repressão, disfarçada ou simbólica.

O ponto de contato entre ambos os tipos de aparelhos é que os repressivos asseguram a atuação dos ideológicos. Trazendo a noção de prática para pensar essa questão, fica claro, pois, que a unidade dos diferentes aparelhos ideológicos é mantida pelas ideologias dominantes (isto é, ideologias das classes dominantes), pois elas compõem a área de interação, sempre tensa e contraditória, entre os aparelhos repressivos e os aparelhos ideológicos, bem como entre os distintos aparelhos ideológicos. Esta é a materialidade da ideologia na formação simbólica e sobredeterminada das sociedades: só existe em aparelhos e em suas práticas regidas por rituais determinados<sup>1</sup> e

tem como mecanismo de realização o processo discursivo de interpelação (o próprio processo de sujeição), que, em última instância, serve à reprodução das relações de poder da vida social, ao produzir as evidências do sujeito e do sentido.

Os AIE prescrevem “práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas que existem nos atos materiais de um sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 92). Nesses termos, Althusser argumenta, a partir da referência à psicanálise lacaniana, que a ideologia opera por uma estrutura de dupla relação especular, posto que “toda ideologia existe pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 209). Maneira de dizer que o sujeito é, a um só tempo, o sujeito da ação e o sujeito sujeitado ao Sujeito, ao Outro (que é uma ideologia) como composto por redes de valores e crenças que o interpela cotidianamente: “toda a ideologia tem um *centro*, o Sujeito Absoluto ocupa o lugar único do centro e interpela, à sua volta, a infinidade dos indivíduos como sujeitos, em uma dupla relação especular” (ALTHUSSER, 1976 p. 118).

A constituição dos sujeitos dá-se, assim, pelos processos simultâneos e necessários de reconhecimento e de desconhecimento. Quando o indivíduo se reconhece como sujeito em e por um discurso - há o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, bem como entre os próprios sujeitos, e há o reconhecimento do sujeito por si mesmo - ele desconhece a sua submissão ao Sujeito, isto é, reconhece-se apenas sob a condição do desconhecimento de sua submissão, sob a condição de que “se os sujeitos reconhecerem o que são e se conduzirem de acordo, tudo irá bem” (ALTHUSSER, 1976 p. 119). A função principal da interpelação é, portanto, a de “conduzir sua auto-sujeição [a do sujeito] ao sistema dominante e, por essa via, assegurar a reprodução social em seu conjunto” (LACLAU, 1979, p. 106).

As reflexões de Althusser forneceram, como se vê, princípios gerais para a ADTO compreender a existência material da ideologia nas práticas das instituições, o que abriu caminho para se poder pensar a “materialidade da ideologia em práticas discursivas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116), bem como o seu modo de funcionamento na vida social, quanto à constituição estratificada da sociedade, sua organização assimétrica pelo novo capitalismo, e ao processo de interpelação de sujeitos. No entanto, somente com o trabalho posterior de M. Pêcheux, a ADTO encontra os principais

recursos para investigar o lugar propriamente dito da linguagem na sociedade (ALTHUSSER e BALIBAR, 1970) e definir discurso em termos de natureza ideológica do uso linguístico (FAIRCLOUGH, 2001).

### **3.2. Michel Pêcheux: a materialidade discursiva da ideologia**

Uma das principais contribuições do pensador para o debate da ADTO reside no avanço que o autor realiza quanto à teoria althusseriana dos aparelhos de controle e da interpelação dos sujeitos. Esse avanço consiste em “desenvolver a ideia de que a linguagem é uma forma material de ideologia fundamentalmente importante” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 52).

Na década de 70, quando M. Pêcheux, em parceria com Catherine Fuchs, aprimora a chamada Análise Automática do Discurso (AAD), à procura de melhor acordar a relação entre os estudos linguísticos e a teoria do discurso e de realizar algumas alterações no quadro epistemológico geral de sua teoria, a AAD avança na tarefa crítica: o interesse maior é o modo como os textos significam, em clara oposição ao objetivo da análise de conteúdo, que era o de saber o que os textos querem significar. Em outras palavras, trata-se de compreender que uma análise de discurso deve se orientar para mostrar os efeitos da luta ideológica na realização da linguagem e, de modo inverso, a existência de materialidade linguística no funcionamento da ideologia (FAIRCLOUGH, 2001; COURTINE, 1981).

Nessa direção, Pêcheux articula três regiões do conhecimento científico, que servem para sustentar o seu empreendimento quanto a questões centrais de sua crítica. Primeiro, o referencial teórico-conceitual do materialismo histórico, que serve à ontologia crítica da sociedade de que Pêcheux lança mão para pensar a formação social e a sua transformação. Segundo, o referencial da linguística estruturalista, que serve como teoria de análise dos mecanismos de sintaxe e de enunciação. Terceiro, a teoria do discurso, que serve como referencial conceitual para a compreensão da determinação histórica dos processos de significação.

Resgatando o ponto de vista de L. Althusser acerca da materialidade da ideologia, Pêcheux tem o propósito de desenvolver uma explicação acerca das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção segundo uma

teoria materialista do discurso. O autor compreende que a materialidade ideológica do discurso é movida sobre a materialidade econômica. Isso significa dizer que o funcionamento da instância ideológica é determinado pela instância econômica, uma vez que a ideologia aparece “como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 165).

Entendendo que tal mecanismo de reprodução opera por processos de interpelação assegurados por AIE, Pêcheux (1996) explica que, em determinados momentos da história, a contínua reprodução das relações de classe é rompida, quando as classes se apresentam em uma situação marcada por graves afrontamentos políticos e ideológicos dentro dos AIE. Daí a necessidade de se pensar em formações ideológicas (FI) em sua relação com formações discursivas (FD). Uma FI é um conjunto complexo de atitudes e de representações “que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 166, grifo dos autores). Assim, as FI são compostas por formações discursivas (FD), instâncias sociais e culturais que determinam, em distintos contextos, “*o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do autor).

Segundo Pêcheux, o ponto da exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva, pois “ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não-discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc.) numa determinada formação discursiva” (168). A formação ideológica caracteriza, portanto, o aspecto da luta no interior dos aparelhos de controle, pois diz respeito à articulação de elementos e forças em confronto na conjuntura ideológica característica de uma formação social em determinado momento (PÊCHEUX e FUCHS, 1997). Nesses termos, o processo de reprodução/transformação deve ser encarado a partir da ideia de que qualquer forma de produção/transformação baseada na luta de classes é intrinsecamente contraditória. Não se pode falar em aspectos que contribuem exclusivamente para a reprodução ou exclusivamente para a transformação, dado que a luta de classes atravessa os AIE.

Isso significa que não há uma correspondência de um para um entre ideologias e classes (no sentido de que cada classe teria sua própria ideologia) e que os AIE não são a realização ou a expressão de uma ideologia dominante (isto é, ideologia de uma classe dominante) ou de uma ideologia em geral (um tipo de *zeitgeist* imposto *a priori*). Os AIE são, antes, local e meio de realização da dominação: “é através da instauração dos Aparelhos Ideológicos de Estado, em que essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna a dominante” (PÊCHEUX, 1996, p. 144). Portanto, os AIE compõem, de modo simultâneo e contraditório, o lugar e as condições ideológicas da reprodução e da transformação das relações de produção na sociedade.

Nesses termos, faz-se útil pensar a ideologia quanto a formações ideológicas, que se dão regionalmente em distintos domínios (como escola, religião, família) definidos fundamentalmente por relações de desigualdade e de subordinação, envolvendo não apenas os objetos ideológicos, mas também os seus modos de uso, isto é, suas práticas. As relações de desigualdade e subordinação entre as diferentes regiões dos AIE constituem, pois, a luta ideológica de classes, de tal modo que a transformação das relações de produção só é possível no interior mesmo do complexo em que consistem tais aparelhos, quando se impõem novas relações de desigualdade e subordinação.

Sendo a ideologia, em síntese, a relação entre humanos organizados socialmente, no sentido específico de não ser um fenômeno natural ou essencial, o ideológico é eterno, tal como o inconsciente, porque, como este, opera pela ocultação de sua própria existência. Esse mecanismo comum entre o ideológico e o inconsciente, que se dá na formação do sujeito por interpelação, gera, como coloca Pêcheux, as chamadas verdades evidentes. Este é o efeito último da ideologia, a evidência, tanto na produção do sentido, quanto na constituição do sujeito. Aqui, o processo de interpelação tem como esteio o esquecimento, que, de modo geral, refere-se ao “processo pelo qual uma sequência discursiva concreta produzida, ou reconhecida como sendo um sentido para um sujeito, se apaga, ele próprio, aos olhos do sujeito” (PÊCHEUX, 1969). Nessa perspectiva, o assujeitamento é efeito da ideologia, à medida que os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, mas se realizam nele.

Embora Pêcheux tenha sido importante inspiração para a ADTO quanto ao esforço de casar uma teoria marxista do discurso com um método de análise linguística de *corpus*, há um aspecto em sua teoria que se afasta, relativamente, do interesse da crítica da ideologia e só será resgatado, mais tarde, por J. B. Thompson. Para este autor, há um elemento importante que, tendo estado na base da concepção marxista de ideologia, perdeu-se na literatura mais recente da teoria social e política, sendo, pois, necessário recuperá-lo: este elemento é o critério de “sustentação das relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 76). É nessa direção que a ADTO reivindica, através do trabalho do sociólogo britânico, que a questão ideológica deva ser encarada por meio de uma abordagem genuinamente crítica, isto é, que dê ênfase a relações e práticas sociais em que o sentido é investido em termos de assimetrias de poder, domínio e exploração.

### 3.3. John B. Thompson: poder e controle social

A ideologia é “o sentido a serviço do poder” (THOMPSON, 1995, p. 16). Através dela, formas simbólicas tornam-se um “espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 79). Assim, para Thompson, as formas simbólicas tornam-se ideológicas apenas quando, em determinados contornos históricos e contingenciais, são mobilizadas em discursos para estabelecer e sustentar relações de dominação e controle.

Já aqui podemos notar que Thompson redescreve a perspectiva marxista de ideologia segundo a forma particular com que o autor reconstrói os pressupostos referentes à associação entre transformação cultural e sociedade industrial moderna, as formas culturais da sociedade moderna: “o desenvolvimento de um conjunto de instituições relacionadas com a produção e com a distribuição massivas de bens simbólicos” (THOMPSON, 1995, p. 113). Para o autor, houve nas últimas décadas um uso generalizado e neutralizado do termo ideologia, que nos fez pensar o conceito relacionado a doutrinas políticas específicas, a regimes políticos isolados ou a determinados sistemas simbólicos. Trata-se de um engano, como argumenta Thompson (1995), que desvia nossa atenção para a verdadeira natureza e papel da ideologia: há variadas

maneiras pelas quais as formas simbólicas são utilizadas para estabelecer e sustentar relações de poder em diversos contextos.

O termo ideologia, assim, não deve ser empregado como um conjunto de valores e crenças que submete indivíduos à ordem social, porque o modo como formas simbólicas servem ao poder é muito mais complexo e dinâmico. O que deve ser objeto de preocupação da crítica é, para Thompson (THOMPSON, 1995, p. 124), examinar “as maneiras como as pessoas localizadas diferencialmente na ordem social respondem e dão sentido a formas simbólicas específicas” e, conseqüentemente, como essas formas simbólicas, analisadas dentro dos contextos de produção, consumo e compreensão, “servem (ou não servem) para estabelecer ou sustentar relações de dominação”.

Há, nessa direção, três aspectos importantes para a recuperação do emprego da ideologia pela teoria social e política. Primeiro, ao enfatizar as relações de poder, o autor rompe com a tese clássica da luta de classes como antagonismo estruturante da sociedade. A preocupação, agora, é mostrar que há outras formas de desigualdade e de exploração a que as ideologias servem, como tensões de gênero e de etnia. Segundo, ao chamar a atenção para as formas simbólicas, o sociólogo evidencia que elas não são representações ou reflexos da realidade, mas elementos constitutivos dela, engajados nos processos de criação e de reprodução de relações e de práticas sociais diversas. Há, ainda, um terceiro aspecto, que fornece tanto um horizonte teórico, pelo qual se compreende a ideologia, quanto uma orientação metodológico-analítica, que sugere examiná-la a partir dos seus modos de operação reiterados nas interações ou quase-interações (THOMPSON, 1995, p. 81).

Quanto a este último aspecto, pode-se falar de mecanismos e estratégias predominantemente empregados nas produções simbólico-discursivas da vida social: i) a legitimação, realizada por meio de estratégias de racionalização, de universalização e de narrativização; ii) a dissimulação, cujas estratégias são a eufemização, o deslocamento e o tropo; iii) a unificação, que consiste na simbolização de coletividades sociais; iv) a fragmentação, possibilitada por recursos de diferença e de expurgo do inimigo, que criam fronteiras entre grupos sociais; e v) a reificação, como modo de naturalizar ou universalizar situações e acontecimentos.



Esse percurso de desenvolvimento de visões críticas ou negativas de ideologia, em sua cada vez mais estreita relação com o discurso - tal como revela uma das máximas do Círculo de Bakhtin, segundo a qual o signo linguístico é a realidade material por excelência da criação ideológica, uma vez que consiste na arena onde se dão lutas de classe - serve de base epistemológica para a articulação de uma crítica da ideologia na ADTO, que se sustenta sobre as seguintes premissas:

- i) A ideologia representa aspectos do mundo que contribuem para o estabelecimento, a manutenção e a mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração;
- ii) Tendo a ideologia existência material nas práticas das instituições, as práticas discursivas podem ser investigadas como materiais de ideologia;
- iii) A ideologia opera através da interpelação dos sujeitos, de modo tal que se deve compreender a ideologia e a formação dos sujeitos como principais efeitos do discurso;
- iv) Os aparelhos ideológicos de estado não são apenas lugar da luta de classe, mas também seu marco delimitador, o que implica dizer que tais aparelhos, ao apontarem para a luta no discurso e subjacente a ele, devem ser foco de uma análise de discurso crítica;

Uma vez apresentadas as bases epistemológicas das concepções de texto e de ideologia articuladas na ADTO, cabe-nos, a seguir, explanar mais amiúde os principais aspectos da conexão.

#### **4. A conexão entre ideologia e texto na ADTO: principais aspectos para reflexão**

A ADTO tem um objetivo de investigação bastante específico, que consiste em analisar textos com foco sobre seus efeitos sociais. Tais efeitos são gerados pela produção de sentidos (FAIRCLOUGH, 1999). Assim, uma análise de discurso orientada ideologicamente pretende examinar textos de modo a lançar luz sobre o processo de produção de significados representacionais, identificacionais e acionais. Nessa direção, esta seção explana um conjunto de

concepções, princípios e categorias que, apresentando o modo como a ADTO concebe a conexão entre texto e ideologia, procura fornecer um quadro conceitual útil para as pesquisas em torno do tema.

#### **4.1. O sentido a serviço do poder**

Para ADTO, a ideologia não é parte constitutiva da realidade social ou, tal como afirma Althusser, uma espécie de cimento social universal. Na ADTO, o conceito de ideologia é fundamentalmente negativo, isto é, relaciona-se aos modos como os sentidos servem para produzir ou manter relações desiguais de poder e controle, à maneira como Thompson (1995) tem refletido. Os processos ideológicos “são representações de aspectos do mundo que podem ser apresentados para estabelecer e manter relações de poder, de dominação e de exploração” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 218). Segundo Fairclough (1989, p. 84)<sup>2</sup>, a ideologia está “essencialmente vinculada a relações de poder”, uma vez que se institui como senso comum e tem o objetivo de criar ou sustentar tipos de assimetrias e dominação na vida social.

Dessa concepção negativa geral, Fairclough (2001, p. 121) especifica que a ideologia existe somente “nas sociedades caracterizadas por relações de dominação, com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante”. Os processos ideológicos são concebidos enquanto representações da realidade que são textualmente edificadas em várias dimensões das “formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Está pressuposto, aqui, o que podemos chamar de fetichismo linguístico. Em outras palavras, diz-se que os usos linguísticos obliteram a complexa rede de produção dos sentidos<sup>3</sup> do mesmo modo que as trocas ocultam o processo de produção da mercadoria. Nessa direção, a ADTO parte de uma concepção de ideologia que é tanto um tipo de vivência espontânea, que só pode ser rompida a partir do esforço intelectual-científico da reflexão, quanto forma simbólica de distorção da realidade como efeito social de textos, contra a qual a crítica deve agir em um movimento de fora para dentro, revelando os processos linguísticos reais de produção textual de determinados sentidos.

## 4.2. Ideologia como parte da estratégia de hegemonia

A forma crítica ou negativa de ideologia da ADTO orienta-se, pois, por uma noção de poder em termos de hegemonia (GRAMSCI, 1971; LACLAU e MOUFFE, 1987), o que define poder como um tipo de aliança ou liderança relativamente estável entre forças diversas. Notemos que há um vínculo estreito entre hegemonia, poder e ideologia: o poder consiste na instauração de uma hegemonia, que, por sua vez, só é possível pela difusão de uma visão ou representação de mundo particular, isto é, uma ideologia, como sendo universal. A ADTO lança mão do conceito de hegemonia com base no modo como se apropria relativamente das reflexões de Gramsci e de Laclau e Mouffe (1987), considerando suas distinções conceituais e a distância histórica e intelectual entre os pensadores.

Na tradição clássica marxista, Gramsci faz-se útil à crítica da ideologia articulada na ADTO por desenvolver uma concepção de hegemonia em termos de “organização do consentimento” (BARRETT, 1996, p. 238), isto é, o processo pelo qual formas subordinadas de consciência são constituídas sem recurso à violência e à coerção. Fairclough (2001) compreende que é essa nova estratégia de domínio, controle e exploração, “sem violência e coerção”, o modo mesmo de operação da ideologia. Assim, o investimento ideológico de textos é parte da estratégia discursiva de hegemonia e universalização: “a busca pela hegemonia é uma questão de procurar universalizar sentidos particulares no trabalho de atingir e manter dominação, e isto é um trabalho ideológico”.

Uma das principais referências do pensamento pós-marxista, a reflexão de Laclau e Mouffe (1987) é trazida à ADTO em razão de algumas contribuições fundamentais, entre elas a da concepção de hegemonia, diretamente vinculada à lógica relacional do discurso. Partindo do princípio de que a sociedade não deve ser concebida como unificada por um princípio endógeno ou por um *fiat* soberano, pois é, desde já, simbólica e sobredeterminada, os autores concebem a hegemonia como a lógica da própria articulação do social, sempre contingente e precária. Assim, a hegemonia se dá pela relação entre o universal e o particular (BUTLER, LACLAU, ZIZEK, 2000), ou melhor, pelo modo como uma particularidade passa a representar ou ocupar a função de universalidade: “como identidades, interesses e representações particulares investem-se de certas condições para se auto-aclamarem universais”. Esse investimento nos modos de

representação, identificação e ação para alcançar domínio e controle é a própria ideologia.

#### 4.3. A contradição no interior dos aparelhos ideológicos de estado (AIE)

Como parte estratégica da hegemonia, o que garante ou assegura o funcionamento da ideologia são os aparelhos ideológicos de estado (AIE), tal como fora afirmado por Althusser e posteriormente por Pêcheux. No entanto, a ADTO apropria-se da concepção de AIE reconstituindo-a quanto a um aspecto importante: sendo os AIE, ao mesmo tempo, lugar e marco delimitador da luta de classes e outros embates sociais, seu modo de operação, portanto, é contraditório, à medida que funciona através das lutas no discurso e subjacentes a ele. O modo de operação dos AIE é discursivo e evidencia a luta em seu interior: “quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológico” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Somente a partir da contradição é possível falar nos mecanismos de reprodução e transformação no processo de constituição do sujeito, de modo tal que a contradição é parte mesmo da identificação (GREGOLIN, 2006, p. 128). A interpelação dos sujeitos não se dá em um mundo unificado por *fiat* soberano ou uma única forma de poder, mas pela “contradição histórica motriz” (PÊCHEUX, 2009, 179), isto é, resistências, disjunções ideológicas, heterogeneidade de discursos e lutas sociais.

Nesse ponto específico, o da contradição nos AIE, a ADTO problematiza na teoria althusseriana a atenção secundária dada aos embates dentro dos aparelhos de controle, argumentando que nela há “marginalização da luta, da contradição e da transformação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Dado que o foco da abordagem crítica de análise de discurso recai sobre questões de mudança social, a crítica da ideologia de que lança mão não deve compactuar com uma visão unilateral ou determinista que prioriza a reprodução de uma ideologia dominante. Ao contrário, uma análise de discurso crítica deve estar interessada pela luta ideológica, pela resistência e pela pluralidade no interior das práticas institucionais. Por isso, a ADTO concebe a característica de “crítica” ao tipo de análise de discurso que seja orientada para a luta ideológica.

#### 4.4. Interpelação de sujeitos, posições e agência

Entre as premissas que sustentam o conceito de ideologia na ADTO, uma das principais asserções afirma que a ideologia interpela os sujeitos, o que conduz à concepção de que um dos mais significativos efeitos ideológicos que os linguistas ignoram no discurso, segundo Althusser (1971, p. 161), é a constituição discursiva dos sujeitos mediante de processos de interpelação. A sujeição tem caráter discursivo, à medida que os sujeitos sociais “são constituídos em relação a formações discursivas particulares e seus sentidos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 53).

Embora a reflexão althusseriana tenha avançado no tema da ideologia ao trazer à baila a ideia de que a construção de sujeitos opera ideologicamente e através de mecanismos interpelativos, a ADTO adverte que há na teoria de Althusser uma tendência de ênfase no fenômeno do assujeitamento, em detrimento do poder de transformação e de resistência dos agentes sociais. Na contramão dessa perspectiva, Pêcheux traz uma importante contribuição para o tema, quando explana a natureza heterogênea e contraditória das formações discursivas. A concepção foucaultiana de formação discursiva, tal como reapropriada por Pêcheux, implica a ideia de interdiscursividade, isto é, os discursos que circulam e se conectam num determinado espaço institucional estão diretamente vinculados à luta ideológica e à contradição dentro dos AIE. Tal como formula Courtine (1981, p. 24), o interdiscurso consiste em um processo de “constante reestruturação”, o que significa dizer que toda formação discursiva é “fundamentalmente instável”.

Nessa direção, Fairclough (2003, p. 160) acrescenta à teoria pecheuxtiana que os sujeitos “não são apenas preposicionados na forma como eles participam de eventos sociais e de textos, eles também são agentes sociais”. Para a ADTO, ainda não é suficiente a afirmação de Pêcheux de que os processos discursivos de constituição de sujeitos são contraditórios e heterogêneos. Para o linguista, é preciso evidenciar que os sujeitos, para muito além de efeitos determinados ideologicamente, podem contestar e, com o tempo e em virtude de inúmeras variáveis, transformar estruturas sociais através da mudança nas práticas, que são irreversivelmente paradoxais. Assim como a formação discursiva, é contraditória também a constituição discursiva dos sujeitos, pois “uma pessoa que opera num quadro institucional único e num único conjunto de

práticas é interpelada de várias posições e puxada em direções diferentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

#### **4.5. O lugar da luta ideológica nas práticas discursivas**

A ADTO está atenta, prioritariamente, à dialética entre o discurso e os outros momentos das práticas sociais particulares que investiga, compreendendo o processo de internalização e de articulação, sobretudo, como estratégias de (lutas pelo) poder. Questões de poder não se ligam apenas às práticas particulares, elas estão vinculadas também às instâncias do discurso e da conjuntura social, de maneira que a análise da ideologia contempla as relações entre o momento do discurso de diferentes práticas e as distintas ordens de discurso.

No processo de mediação, configurado entre a estrutura social/linguagem, em escala macrodiscursiva, e o evento social/texto, em escala microdiscursiva, as práticas discursivas são lugar de produção de ideologias. Fairclough observa que as práticas discursivas, que envolvem os processos de produção, de distribuição e de consumo de textos, são formas materiais de ideologia (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116). Como efeito de textos, a ideologia atua nos três significados do discurso: em discursos, nos modos de representar aspectos da realidade; em gêneros, nas formas pelas quais (inter)ações são realizadas; e em estilos, nas maneiras de inculcar determinados valores, crenças e comportamentos nas identidades dos sujeitos sociais.

Porém, atentemos para este fato, se as práticas discursivas são lugar de construção e manifestação de ideologias, então elas também são o espaço de desconstrução dos produtos ideológicos, dada a natureza heterogênea e contraditória das próprias formações discursivas. Observemos, então, que, ao evidenciar a construção de ideologias no domínio das práticas discursivas, Fairclough (2001, p. 117) está chamando atenção para o fato de que é no interior dessas práticas onde a luta ideológica opera como uma de suas dimensões constitutivas. Com tal ênfase, a ADTO não está preocupada com a reprodução de ideologias dominantes, nem com o movimento quase unilateral da estrutura em direção aos eventos. Em vez de focar sobre relações de estabilidade e regularidade nos processos discursivos, ela prefere pensar esses processos em sua relação com a questão da mudança social e da luta pela hegemonia de formas de poder.

#### 4.6. Análise de discurso, texto e ideologia

Como já vimos, a ideologia pode ser associada com discursos (como representações), com gêneros (como encenações) e com estilos (como inculcações). Em virtude de a ideologia ser construída e ter materialidade nas práticas discursivas, que regulam formas de vida e sistemas de valores e crenças no cotidiano das pessoas, uma característica definidora do fenômeno é a sua invisibilidade, pois ela é “mais efetiva quando sua ação é menos visível” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85). Isso significa dizer que sua eficácia é diretamente proporcional à naturalização de determinados sentidos. Pelo caráter relativamente estável, automático e (quase) invisível da ideologia, a análise textual crítica se caracteriza em razão i) do interesse em investigar os processos de significação potencialmente ideológicos; ii) da realização de um tipo de análise textual que transcenda o nível do texto; iii) do grau de dificuldade em identificar e examinar os sentidos implícitos construídos em textos particulares.

No primeiro caso, é importante destacar que a análise de discurso crítica não deve partir de suposições predeterminadas a respeito do caráter ideológico de um texto, “antecipando tipos de apropriação ou rejeição com respeito a representações ideológicas” (RAMALHO, 2008, p. 57). Somente uma análise detalhada do *corpus* pode ajudar a indicar se determinada produção de significados atua ou não em favor da reprodução de relações de poder assimétricas.

No segundo caso, a análise detalhada de texto só pode alegar a existência de uma determinada suposição ideológica a partir do trabalho de explicação e de interpretação que vincule o argumento a “outras proposições e crenças relacionadas” e que se baseie em uma análise científica e social complexa, que transcenda o texto em si, procurando realizar vínculos com outros textos e discursos. Como defende Fairclough, não se pode ater-se somente à análise textual, “identificando suposições, e decidindo somente pelas evidências textuais, as quais seriam ideológicas”.

Por fim, no terceiro caso, vale ressaltar que identificar e examinar as evidências textuais dos efeitos ideológicos envolve o trabalho atento sobre pressuposições, implicaturas e outros tipos de sentidos implícitos. Esses fenômenos linguístico-textuais são, assim, de significância particular para a análise ideológica: “pode-se arguir que as relações de poder são melhores servidas por sentidos que são

largamente tomados como dados?”. A ideologia opera a partir de textos quando atua sobre sentidos compartilhados e tomados como dados, fatos e verdades, intervindo assim sobre os campos comuns da comunicação na vida social, quanto a crenças, valores, comportamentos e juízos morais.

Com relação à terceira característica da análise ideológica, faz-se pertinente observar como a ideologia opera nos modos de representação, por exemplo, quanto à forma pela qual aspectos da realidade são apresentados e significados. Associados à hegemonia, os textos podem ser investidos ideologicamente para supor uma realidade como inquestionável e inevitável. Nos modos de ação, a ideologia atua na estruturação de gêneros como atividades da interação humana realizadas em práticas sociais, intervindo sobre a indução, a reprodução e o fortalecimento de hábitos. A ideologia pode, assim, contribuir para sustentar certa conjuntura hegemônica de práticas e atividades sociais que implicam questões de desigualdade, domínio e exploração. Já nos modos de identificação, a ideologia pode se apresentar nas formas de comprometimentos, julgamentos e diferenciação, sendo potencialmente útil para manter relações assimétricas de poder.

## 5. Considerações finais

O intuito da discussão empreendida neste artigo foi favorecer a compreensão da conexão entre texto e ideologia formulada pela ADTO. Para isso, inicialmente, colocamos à mesa os principais pressupostos da ontologia social de que a disciplina em foco se vale para fundamentar a episteme construída em torno da concepção de vida social como sistema aberto e mediado textualmente. Em seguida, apresentamos o caminho de desenvolvimento da concepção negativa de ideologia que influenciou o modo como ADTO apropriou-se particularmente do termo em sua proposta de abordagem crítica. Por fim, discutimos os principais aspectos da conexão entre texto e ideologia, à procura de lançar luz sobre pontos importantes que merecem destaque numa análise de discurso crítica.

Durante nossa discussão, evidenciou-se que a ADTO é motivada pelo esforço de promover contribuições para a pesquisa social crítica, fornecendo recursos para análise linguística detalhada da dimensão discursiva de práticas sociais diversas. Em vista deste objetivo geral, a ADTO constrói uma concepção de linguagem como



parte irredutível da realidade social, destacando a conexão entre os textos e seus efeitos (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999). Como vimos, o texto é definido como qualquer exemplo da linguagem em uso no interior de alguma prática social (HALLIDAY, 1994, HALLIDAY e HASAN, 1976, 1989; HASA, 1996; MARTIN, 1992; van Leeuwen 1993, 1995, 1996), isto é, uma unidade do discurso e da comunicação que representa relações de luta e conflito (WODAK, 2001).

Com base nesse modo particular de estabelecer a relação mutuamente constitutiva entre texto e ideologia, a ADTO entende seu trabalho de investigação e reflexão como crítica ideológica. Tal como observamos, ideologia é o sentido a serviço do poder (THOMPSON, 1995): “ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). A ideologia ocorre em formas materiais, que são as práticas discursivas, e funciona pela interpelação das pessoas em sujeitos e pela fixação de suas posições na estrutura social. Os aparelhos ideológicos de estado (AIE) são concebidos como lugar de lutas sociais, como a luta de classes, mas eles também são marcos delimitadores delas. Assim, a ADTO não foca os aparelhos de controle em vista da reprodução determinante de ideologias de classes dominantes, mas em vista das contradições e transformações envolvidas no interior dos AIE. Mediante a contradição das formações discursivas, a ADTO compreende que os sujeitos não devem ser considerados apenas efeitos da ideologia, mas agentes em campos contraditórios de luta e resistência, à medida que possuem a “capacidade de agirem como agentes e mesmo de transformarem, eles próprios, as bases da sujeição” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 56).

No interior desse quadro geral de concepção da conexão entre ideologia e texto, nota-se que o discurso mantém vínculos estreitos com questões de poder e hegemonia. Toda forma de poder consiste na instauração de uma determinada hegemonia, que, por sua vez, dá-se pela difusão, naturalização e universalização de ideologias, isto é, representações de aspectos do mundo particulares que são constituídas através de significações mediadas textualmente. Nessa direção, a ADTO reivindica uma forma de crítica que não consiste mais em defender a emancipação dos sujeitos, como libertados de todas as formas de poder e amarras hegemônicas. Crítica, aqui,

começa pelo esforço de pensar o seguinte questionamento: de que poderes queremos nos libertar e quais poderes desejamos possuir?

## Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. (1985) *Aparelhos Ideológicos de Estado*: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

\_\_\_\_\_. (1970) *Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença.

\_\_\_\_\_. (1976) *Positions*. Paris: Editions Sociales.

BALIBAR, E.; ALTHUSSER, L. (1968) *Reading Capital*. Librairie François Maspero: Paris.

BARRET, M. (1996) Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BHASKAR, R. (1989) *The possibility of naturalismo: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

BHASKAR, R.; CALLINICOS, A. (2007) Marxism and critical realism: a debate. *Journal of Critical Realism*, v. 1, n. 2, p. 89-114.

BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. (2000) *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left*. London: Verso.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. (1999) *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse in analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

COURTINE, J. (1981) Quelques problèmes theoriques et methodologiques en analyse du discours: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, année 15, n. 62, p. 09-128, junho 1981.

EAGLETON, T. (1991) *Ideology: an introduction*. London: Verso.

FAIRCLOUGH, N. (2003) *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.

\_\_\_\_\_. (2001) *Discurso e mudança social*. Coord. trad., revisão e pref. à ed. bras. de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. (1989) *Language and power*. New York: Longman.

- FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. (2002) Critical Realism and Semiosis. *Journal of critical realism*, v. 5, n. 1, p. 2-10.
- FOUCAULT, M. (1996) *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola.
- FOWLER, R.; KRESS, G. (1979) Critical linguistics. In: FOWLER, R. et al. *Language and control*. London, Boston e Henley: Routledge & Kegan Paul.
- GIDDENS, A. (1991) *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity Press.
- GRAMSCI, A. (1971) *Seletions from the Prison Notebooks*. London: Lawrence & Wishart.
- HALLIDAY, M. A. K. (1994) *An Introduction to Functional Grammar*. 2 ed. London: Edward Arnold.
- \_\_\_\_\_. (1976) *Halliday: system and function in language*. In: KRESS, G. (Org.). Oxford: Oxford University Press.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (1989) *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press.
- HARVEY, D. (2000) *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- LACLAU, E. (1979) *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. (1987) *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI.
- LARRAÍN, J. (1979) *The concept of ideology*. Athens: University of Georgia Press.
- MARTIN, J. R. (1997) Analysing genre: functional parameters. In: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. (Orgs.). *Genre and institutions*. London: Continuum.
- PÊCHEUX, M. (1996) O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- \_\_\_\_\_. (1995) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1997) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma*

introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp.

RAMALHO, V. (2008) *Discurso e ideologia na propaganda de medicamentos: um estudo crítico sobre mudanças sociais e discursivas*. 193f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Distrito Federal.

SAYER, A. (2000) *Realism and Social Science*. London: Sage.

SILVERSTONE, R. (2002) *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola.

THOMPSON, J. B. (1995) *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

VAN DIJK, T. A. (1998) *Ideology: A multidisciplinary approach*. London: Sage Publications.

VAN LEEUWEN, T. (1996) The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Orgs.). *Texts and practices*. London; New York: Routledge.

WODAK, R. (2001) What CDA is about: a summary of its history, important concepts and its development. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). *Methods of critical discourse analysis*. London; Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications.

**Palavras-chave:** Texto; Ideologia; Discurso.

**Keywords:** Text; Ideology; Discourse.

### Notas

---

<sup>1</sup> Por isso, Althusser (1985) prefere falar em teoria da ideologia em geral, em oposição a uma teoria das ideologias particulares, porque aquela está interessada em discutir o mecanismo geral ou universal pelo qual qualquer ideologia opera, isto é, a partir da reprodução das relações materiais de produção.

<sup>2</sup> Todas as traduções de originais citados são de nossa autoria.

<sup>3</sup> A respeito da relação entre fetichismo, mercadoria e linguagem, sugerimos as seguintes leituras: Jacques Rancière, em *L'inconscient esthétique* (Galiléa, 2001); Slavoj Žizek, em *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético* (Boitempo, 2013), e Vladimir Safatle, em *Cinismo e Falência da Crítica* (Boitempo, 2008).